

1. Assunto: **proposta de resolução que *dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos e dá outras providências*, resultante da revisão da Resolução CNRH nº 12, de 19 de julho de 2000, que *estabelece procedimentos para enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes*.**

Trata-se do Processo nº 02000.003633/2006-07, referente à revisão da Resolução CNRH nº 12, de 19 de julho de 2000, que estabelece procedimentos para enquadramento de corpos de água em classes segundo os usos preponderantes, que resultou na elaboração de proposta de resolução que dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

## **2. Justificativas**

A apreciação do tema aconteceu a partir da iniciativa da Agência Nacional de Águas, que encaminhou Ofício, sugerindo a revisão da Resolução CNRH n °12, de 2000, justificada pelas necessidades:

- de implementação do subprograma III.6 do Plano Nacional de Recursos Hídricos, onde observa-se a necessidade de adequação dos procedimentos relativos ao enquadramento, bem como dos instrumentos normativos;

- de adequação do texto da Resolução em questão, que estabeleceu diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, considerando a publicação da Resolução CONAMA nº 357, de 2005, que parcialmente complementa a matéria, uma vez que estabelece as classes de qualidade da água, de acordo com os usos preponderantes do curso de água;
- de enquadramento e suas revisões, diante do reflexo deste instrumento junto aos atos administrativos de órgãos gestores de recursos hídricos e meio ambiente;

- de ratificar que o enquadramento é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, previsto na Lei nº 9.433, de 1997, cabendo ao CNRH discipliná-lo; e
- de subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos; e
- de aperfeiçoar os procedimentos nela estabelecidos para sua melhor aplicação, diante da dificuldade diagnosticada para sua efetivação, a partir das experiências obtidas nos últimos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

### **3. Descrição das atividades:**

Início : Setembro/2006, criação de um GT.

1º reunião: Outubro/2006

Total : 9 reuniões do GT e 4 apresentações de experiências.

CTPOAR: aprovação em 13 de junho

CTPOAR e CTAS: início da discussão conjunta incluindo Águas Subterrâneas, na mesma data.

CTPOAR e CTAS : 6 de agosto, aprovada.

#### **4. Texto da proposta de resolução**

Quanto ao texto sugerido destaca-se o avanço obtido quando da comparação do texto da Resolução CNRH nº 12, de 2000, diante da facilidade na compreensão do processo de implementação desse instrumento, na busca de sua efetivação, visualizada pela possibilidade de definição de metas progressivas e intermediárias até o alcance da meta final a serem pactuadas por todos os agentes existentes na bacia hidrográfica, a partir de uma visão integrada das águas subterrâneas e superficiais, não estando limitada a existência de Agência de Águas que não representa a condição real do país.

A referida proposta de resolução contém 17 artigos que dispões sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos que se dará por meio do estabelecimento de classes de qualidade, conforme disposto nas Resoluções do CONAMA.

Seus considerandos trazem justificativas para sua revisão, e elenca os marcos regulatórios que disciplinam a matéria. O seu art. 1º apresenta o objetivo da proposta de resolução.

O art. 2º dá algumas diretrizes gerais, citando como exemplo a possibilidade de determinação de classes diferenciadas por trecho de corpo de água.

O art. 8º dispõe sobre os órgãos competentes pela elaboração das propostas alternativas de enquadramento para os comitês que são os responsáveis pela aprovação, sendo ratificada pela deliberação do Conselho de Recurso Hídrico competente e também prevê a distribuição de competência quando da inexistência de alguma entidade.

No art. 3º são apresentadas as etapas que deverão ser seguidas para a realização do enquadramento, conforme Resolução CNRH nº 12, de 2000, que são sistematizadas nos artigos 4º (diagnóstico), 5º (prognóstico), 6º (as proposta de metas relativas às alternativas de enquadramento e o 7º (programa para efetivação). Nesse artigo também está apresentada a ampla participação da



comunidade e a conformidade que a proposta de enquadramento deve ter com o Planos de Recursos Hídricos da bacia, preferencialmente devendo ser desenvolvida com estes, o que reforça a característica de planejamento desse instrumento. Em todos esses artigos observa-se a complementariedade existente entre as etapas.

O art. 9º é relevante para indicar a possibilidade de serem apresentados limites técnicos individuais, sendo que a emissão das outorgas deverá avaliar e definir limites individuais que estejam de acordo com os limites para o curso de água, podendo ser emitidos atos por prazos mais longos.

Os artigos 10 e 12 ratificam a necessidade de articulação entre os órgãos de recursos hídricos e meio ambiente, conforme preconiza a Lei nº 9.433, de 1997, bem como para monitorar os corpos de água e controlar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das metas do enquadramento. E o art. 11 também ratifica a articulação da União, dos Estados e do Distrito Federal para que o enquadramento dos corpos de água de suas dominialidades, em uma mesma bacia hidrográfica, sejam compatíveis entre si.

O art. 13 determina uma das formas de monitoramento e controle sobre o enquadramento, cujas informações o comitê de bacia hidrográfica e o Conselho de Recursos Hídricos terão acesso, sendo um relatório técnico, cuja periodicidade será de dois anos, onde deverão ser identificados os corpos de água que não atingiram as metas estabelecidas e as respectivas causas pelas quais não foram alcançadas. Tal periodicidade segue a sugerida pela resolução CNRH nº 12, de 2000.

Em seu art. 14 está apresentada a necessidade de revisão do enquadramento realizada com base em legislação anterior, com ênfase na necessidade de aprovação do comitê de bacia hidrográfica e da deliberação do respectivo conselho de recursos hídricos, o que possibilita a atualização do enquadramento a partir dos novos procedimentos, consolidando a participação dos colegiados do SINGREH junto a este instrumento.

O art. 15 refere-se à relação existente entre o enquadramento e os demais instrumentos da gestão de recursos hídricos e de meio ambiente e que para corpos de água não enquadrados adotar-se-á os padrões de qualidade da classe correspondente aos usos preponderantes mais restritivos, que de forma transitória, deverão ser estabelecidos pela autoridade outorgante e o órgão de meio ambiente. Contudo, até que sejam elaborados os procedimentos poderá ser adotada a classe 2 para as águas doces superficiais.

E os artigos 16 e 17 finalizam a proposta de resolução definindo a data de entrada em vigor da Resolução e revogando a Resolução CNRH nº 12, de 2000.